

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023 - RETIFICADO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 542/2023**

**OBJETO DA LICITAÇÃO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS MÉDICOS, COM CALIBRAÇÃO, SEGURANÇA ELÉTRICA E QUALIFICAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÕES VIGENTES, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS.**

**LICITAÇÃO: AMPLA CONCORRÊNCIA**

**TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO (MENSAL)**

**DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICO: 30/03/2023**

**DATA DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ATÉ: 25/04/2023, às 09h00**

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA/ANÁLISE DAS PROPOSTAS: 25/04/2023, às 09h01**

**OBS: Nesta fase será informado via chat o horário da fase de lances.**

**REFERENCIA DE TEMPO: Para rodas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.**

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**Prefeitura Municipal de Jandira**

**Endereço: Rua Elton Silva, nº 1000 - Parque JMC - Jandira - SP - CEP. 06600-025**

**E-mail: [licitacoes@jandira.sp.gov.br](mailto:licitacoes@jandira.sp.gov.br)**

**Formalização de Consulta e Edital: [www.bbmnetlicitacoes.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br) ou no site oficial:**

**[www.jandira.sp.gov.br](http://www.jandira.sp.gov.br) - Portal da Transparência - Licitações**

**PREÂMBULO**

A Prefeitura do Município de Jandira torna público que se acha aberta, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, a ser realizado por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “**BBMNET Licitações**” constante da página eletrônica do **BBMNET – Licitações Públicas**, no endereço **[www.bbmnetlicitacoes.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br)**.

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, aplicando-se subsidiariamente a **LEI FEDERAL Nº 8.666/1993**, com as alterações posteriores, bem como as demais normas legais em vigor, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Lei Complementar 155, de 27 de outubro de 2016, Decreto Federal nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019 e Decreto Municipal nº 4.185, de 07 de janeiro de 2020.

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:**

As solicitações de esclarecimentos poderão ser feitas diretamente na plataforma **[www.bbmnetlicitacoes.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br)** em campo específico.

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS MÉDICOS, COM CALIBRAÇÃO, SEGURANÇA ELÉTRICA E QUALIFICAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÕES VIGENTES, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS**, conforme **ANEXO I** que integra este Edital, observadas as especificações e quantidades ali estabelecidas.

1.2. O objeto deverá obedecer às especificações contidas no Termo de Referência, sendo que os itens que não atendam as especificações serão desclassificados.

1.3. O valor estimado da contratação é de R\$ 344.000,04 (trezentos e quarenta e quatro mil e quatro centavos).

## 2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seu anexo.

2.2 - Estarão impedidos de participar, direta ou indiretamente, de qualquer fase deste processo licitatório os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

2.2.1 - estejam constituídos sob a forma de consórcio;

2.2.2 - estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária ou de impedimento de licitar e de contratar;

2.2.3 - sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;

2.2.4 - estejam sob falência, recuperação judicial e extrajudicial, dissolução ou liquidação;

2.2.5 - isoladamente ou em consórcio, sejam responsáveis pela elaboração do projeto básico, ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsáveis técnicos ou subcontratados;

2.2.6 - sejam servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

2.3 Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:

a) Em consórcios ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

b) Que tenha sido declarada inidônea pela Administração Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação, em data anterior à abertura da licitação;

c) Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura da Municipal de Jandira nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/1993 e em observância a Súmula 51 do TCE-SP.

d) Impedidas de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Jandira, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

e) Enquadradas nas disposições do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993.

f) Tiver registrado no seu contrato social incompatível com o objeto deste Pregão Eletrônico;

g) Empresas em recuperação judicial ou em processo de falência, exceto se atendido o que prevê a Súmula 50, TCE-SP;

h) Empresas estrangeiras que não operem no Brasil.

2.4 A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

2.5 Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.

2.6 O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

2.6.1. Caberá ao participante, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão e os prazos estipulados em edital.

2.6.2. quando solicitado pelo pregoeiro à licitante se manifestar, essa terá prazo de até 30 (trinta) minutos.

2.7. Por força do que dispõe o Capítulo V, artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, as microempresas e empresas de pequeno porte terão tratamento diferenciado e favorecido.

2.8. A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas em lei, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação do licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

### **3 - DO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE NO PORTAL BBMNET:**

3.1 – Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico [www.bbmnetlicitacoes.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br), acesso “credenciamento – licitantes (fornecedores)”.

3.2 – As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico [www.bbmnetlicitacoes.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br).

3.2.1 – Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema BBMNET Licitações poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site [www.bbmnetlicitacoes.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br).

### **4 – PARTICIPAÇÃO/PROPOSTAS/LANCES:**

4.1 - A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no sítio [www.bbmnetlicitacoes.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br), opção "Login" opção "Licitação Pública" "Sala de Negociação"

4.1.1 – As propostas de preço deverão ser encaminhadas eletronicamente até data e horário definidos, conforme indicação na primeira página deste edital.

4.2 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.3 - Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

4.3.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após reagendamento/comunicação expressa aos participantes via “chat” do sistema eletrônico, onde será designado dia e hora para a continuidade da sessão.

4.4 - Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de lotes, o pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

4.5 - O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal “www.bbmnetlicitacoes.com.br”, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

## 5. DAS PROPOSTAS

5.1 O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.2. Os preços unitários e totais serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional, com 2 (duas) casas decimais, em algarismos, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados ao fornecimento do objeto da presente licitação, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

5.2.1. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou condição não prevista ao Edital e seus anexos.

5.3. A licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como aumentos de custo de mão-de-obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

5.4. Não será admitida proposta inferior à quantidade prevista neste Edital.

5.5. O preço ofertado permanecerá fixo e irremovível.

5.6. O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da sua apresentação, ficando automaticamente prorrogado por igual(s) período(s), no caso de recurso, suspensão ou quaisquer outros motivos justificados, até a data da assinatura do contrato/termo de ata.

5.7. Só serão aceitos arquivos contendo o(s) anexo(s) indicado(s) no subitem acima, elaborado(s) no(s) formato(s) indicado(s) no formulário eletrônico de encaminhamento da proposta.

5.8. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

5.9. Por força do decreto nº 2.798/07, o preço unitário contratado não poderá ser superior ao valor unitário constante no anexo I do edital.

5.10. Ao encaminhar a proposta de preços na forma prevista pelo sistema eletrônico, a licitante deverá preencher as informações de Marca e inserir Ficha Técnica, **sendo vedada a identificação do licitante por qualquer meio.**

5.11. verificar a condição da empresa caso ela seja ME/EPP e informar em campo próprio da plataforma BBMNET Licitações

## **6 - ABERTURA DAS PROPOSTAS E LANCES:**

6.1 - A partir do horário previsto no edital, terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio já indicado no item 4.1, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

6.2 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2.1 – Para efeito da disputa de preços, as propostas encaminhadas eletronicamente pelos licitantes serão consideradas lances.

6.2.2 – Cada licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor preço registrado, desde que seja inferior ao seu último lance e diferente de qualquer outro valor ofertado para o lote.

**6.3. O valor de redução mínima entre os lances será de R\$ 50,00(cinquenta) reais e incidirá sobre o valor unitário (mensal).**

6.4 - Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao pregoeiro a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários lotes da mesma licitação.

6.5. A fase de lances será no formato **ABERTO**: O tempo da etapa de lances será de 10 (dez) minutos e será encerrada por prorrogação automática. O sistema informará **“Dou-lhe uma”** quando faltar 02m00s (dois minutos para o término da etapa de lances (sessão pública), **“Dou-lhe duas”** quando faltar 01m00s (um minuto) e **“Dou-lhe três – Fechado”** quando chegar no tempo programado para o encerramento. Na hipótese de haver um lance de preço menor que o menor lance de preço registrado no sistema, nos últimos 02m00s do período de duração da sessão pública, o sistema prorrogará automaticamente o tempo de fechamento em mais 02m00s a partir do momento do registro do último lance, reiniciando a contagem para o fechamento, a partir do “Dou-lhe uma” e, assim, sucessivamente.

6.6.1 O pregoeiro tem a ação de iniciar a fase de lances, depois todo processo é automático, conforme explanado acima.

6.6.2 Iniciada a fase de fechamento de lances, os licitantes são avisados via chat na sala de negociação, a linha do lote/item também indica essa fase (na coluna Situação) e, no caso de uma Prorrogação Automática, o ícone de “Dou-lhe uma”, “Dou-lhe duas”, é exibido;

6.7. Assim que a etapa de lances for finalizada e o sistema detectar um empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006 a ferramenta inicia a aplicação automática do desempate em favor ME/EPP/MEI, conforme procedimento detalhado no item 9 deste Edital.

6.8 - O Sistema eletrônico informará as propostas de menor preço de cada participante imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

## 7 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

7.1 - O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de **MENOR PREÇO UNITÁRIO (MENSAL)**, podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor global, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital.

7.2 - Após o encerramento da sessão de disputa e estando o menor preço, o Pregoeiro negociará o preço.

7.3 - Encerrada a etapa de lances da sessão pública e ordenadas as ofertas, o pregoeiro comprovará a regularidade de situação do autor da melhor proposta, avaliada na forma da **Lei 10.520/2002 e 8.666/93**. O Pregoeiro verificará, também, o cumprimento das demais exigências para habilitação contidas nos itens **8 e 9 deste Edital**.

7.3.3 – No caso de desclassificação do licitante arrematante, o novo licitante convocado deverá apresentar documentação e proposta nos mesmos prazos previstos nos itens 8 e 9, a contar da convocação pelo pregoeiro através do chat de mensagens.

7.3.4 - A inobservância aos prazos elencados nos itens 8 e 9, ou ainda o envio dos documentos de habilitação e da proposta de preços em desconformidade com o disposto neste edital ensejará a inabilitação do licitante e consequente desclassificação no certame, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro.

7.4 - Se a proposta ou lance do maior desconto não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

7.5 - Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital.

7.6 - Havendo lances no tempo de disputa da sessão pública, a proposta final de preços do licitante detentor da melhor oferta deverá ter seus valores unitários e totais ajustados de forma que os preços de cada um dos itens não resultem, após os ajustes, inexequíveis ou superfaturados.

7.7 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, inclusive as exigências de habilitação, o licitante será declarado vencedor do certame pelo Pregoeiro.

7.8 A licitante terá até 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequado ao último lance ofertado após a negociação.

## 8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos relativos à habilitação dos licitantes, **deverão ser encaminhados até o fim de recebimento das propostas**, por meio eletrônico (upload), nos formatos (extensões) “pdf”, “doc”, “xls”, “png” ou “jpg”, observado o limite de 6 Mb para cada arquivo, conforme regras de aceitação estabelecidas pela plataforma [www.bbmnetlicitacoes.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br).

8.2. Franqueada vista aos interessados, será aberto o prazo para manifestação da intenção de interposição de recurso.

8.3. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos estabelecidos, acarretará a desclassificação e/ou inabilitação da licitante, bem como as sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

8.4. A proposta comercial requerida no item 5 e os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas dos documentos de habilitação constantes no item 8, bem como os enviados na forma constante da alínea “c”, deverão ser apresentados **ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Jandira**, Rua Elton Silva, 1.000 – Parque JMC - Jandira -SP - CEP. 06618-010, em até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

8.4.1. Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração, ou por publicação em órgão da imprensa oficial.

8.4.2. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

8.5. A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

#### **8.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária.
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

#### **8.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de Inscrição no Cadastro Estadual ou Municipal, relativo a sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e para com a Seguridade Social, através de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, referente a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e Dívida Ativa da União - expedida pelo Ministério da Fazenda - Procuradoria Geral da Fazenda - Receita Federal do Brasil (PORTARIA CONJUNTA RFB / PGFN Nº 1751, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014).
- d) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante através da apresentação da Certidão de Tributos Mobiliários.

e) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), por meio de apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

g) Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

### 8.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão atualizada das ações relativas à falência e à recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, se for o caso, com prazo de validade em vigor na data de entrega dos envelopes, ou emitida em até 90 (noventa) dias anteriores à data da entrega dos envelopes, caso não possua prazo de validade indicado.

a.1) Caso a certidão apresentada seja, a Positiva com efeito de Negativa, deverá à interessada apresentar seu plano de recuperação judicial, já homologado pelo Juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeiras estabelecidas neste edital.

b) Se a licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente.

c) Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

### 8.1.4. DECLARAÇÕES E OUTRAS COMPROVAÇÕES

8.1.4.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo IV.1**, atestando que:

a) se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal;

b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2.3 deste Edital;

c) atende a todos os requisitos de habilitação;

d) inexistente fato superveniente impeditivo da habilitação;

8.1.4.2. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo IV.2**, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013.

8.1.4.3. Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo IV.3**, declarando seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

8.1.4.3.1. Se sociedade empresária, pela apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial competente;

8.1.4.3.2. Se sociedade simples, pela apresentação da “Certidão de Breve Relato de Registro de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte”, expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

8.1.4.3.3. Se sociedade cooperativa, pela Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente que comprove Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

8.1.4.4. Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo IV.4**, declarando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

### 8.1.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1.5.1 Comprovação de capacidade técnico-operacional, através da apresentação de **Atestado de Capacidade Técnica**, em nome da proponente, que comprove a prestação de serviços compatíveis com o objeto da licitação.

8.1.5.2 Certidão de Registro ou Inscrição da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais CRT, da jurisdição da sede da licitante, com validade no presente exercício.

8.1.5.3 Comprovação de que possui em seu quadro técnico permanente ou societário, Engenheiro Mecânico com especialização em Engenharia Clínica, comprovando através de apresentação do diploma e/ou CREA.

8.1.5.4 Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante.

8.1.5.5 O(s) Técnico(s) de manutenção, a serem disponibilizados pela empresa deverão já possuir registro no CFT (*cadastro ativo*), conforme lei nº 13.639/2018.

8.1.5.6 Os atestados deverão ser apresentados em papel Timbrado, original ou cópia autenticada, assinados por autoridades ou representante de quem o expediu, com a devida identificação.

8.1.5.7 Encontradas divergências entre o especificado nos atestados e o apurado em eventual diligência, inclusive validação do contrato de fornecimento entre o emissor do atestado e a LICITANTE, além da desclassificação no processo licitatório, estará a LICITANTE sujeita a penalidades.

### 8.1.6. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

8.1.6.1 Superada a etapa de lances e habilitação, à empresa provisoriamente vencedora, caberá apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis na Secretaria da Saúde no setor de Suprimentos, na Rua Nova Salomão Barjud - Centro - Jandira - e-mail: [compras.saude@jandira.sp.gov.br](mailto:compras.saude@jandira.sp.gov.br) - telefone (11) 4619-9433, os seguintes documentos:

8.1.6.2 Declaração com relação dos técnicos que realizarão as manutenções nas unidades de saúde, na qual contará os documentos que comprovam seus registros no CFT, CREA ou CAU.

8.1.6.3 Comprovação de que a empresa possui em seu quadro de pessoal, profissional com capacitação técnica com treinamento em requisitos da norma ABNT NBR ISO/IEC 17025/2005 (requisitos gerais para competência de laboratórios de ensaio e calibração)

8.1.6.4 Atestado de Autorização, emitido por órgão da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Inmetro (RBMLQ-I), para realizar o reparo e a manutenção em Esfigmomanômetros.

8.1.6.5 A empresa melhor classificada deverá apresentar autorização para execução de serviços de manutenção e /ou reparos de balanças de no mínimo 450 kgs e esfigmomanômetro expedido pelo INSTITUTO Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO, conforme Portaria 88 de 8 de julho de 1.987 dentro da validade.

8.1.6.6 A licitante deverá apresentar a Autorização de Funcionamento, AFE da empresa pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

8.1.6.7 Alvará ou Licença ou Autorização de Funcionamento Municipal, expedido pelo órgão competente onde se localiza a participante da licitação, que tenha como conteúdo que a pessoa jurídica está autorizada a funcionar no âmbito municipal.

## 8.1.7 VISITA TÉCNICA

8.1.7.1 - **Visita Técnica** - A empresa proponente, por meio de funcionário autorizado portando documento de identificação, **poderá fazer** visita técnica no local, onde será prestado o serviço;

8.1.7.2 As empresas, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável:

8.1.7.3 O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

8.1.7.2 - As empresas interessadas poderão agendar data e horário no e-mail [compras.saude@jandira.sp.gov.br](mailto:compras.saude@jandira.sp.gov.br) ou pelo telefone 11 4619-9433, **Suprimentos da Saúde**.

8.1.7.3 - Ao final da vistoria a empresa interessada **irá** retirar, junto ao responsável indicado pela Secretaria de Saúde, um atestado, conforme modelo **ANEXO VI**, o qual deverá estar devidamente preenchido, datado e assinado. Apresentar o atestado de visita técnica com os documentos de Habilitação.

8.1.7.4 -Se a empresa optar pela **não realização da visita**, deverá obrigatoriamente declarar o pleno conhecimento dos locais da prestação dos serviços, conforme modelo **ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO**.

## 8.2 DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.2.1 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões e procurações apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas nos 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das postostas.

8.2.2 Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em **nome da matriz e com CNPJ da matriz**. E se for **filial** todos os documentos deverão estar em **nome e com CNPJ da filial**, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

8.2.3 O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou confirmar o teor das declarações solicitadas no item 8.1.4. deste Edital, das comprovações de qualificação econômico-financeira e de qualificação técnica, aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes.

8.2.4 O licitante que se considerar isenta ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.5 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

8.2.6 Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

8.2.7 A licitante será inabilitada se deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los com irregularidades, em desacordo com o estabelecimento neste Pregão, não se admitindo complementação posterior.

8.2.8 Serão aceitas certidões positivas, com efeito, de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

8.2.9 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.10 Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que o proponente for declarado vencedor, ou caso o resultado não seja divulgado na sessão, a contar da publicação do resultado do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

8.2.11 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do Art. 4º, inciso XXIII da Lei nº. 10.520/02.

## **9 – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS:**

9.1 – O tratamento diferenciado conferido às empresas de pequeno porte, às microempresas e às cooperativas de que tratam a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, deverá seguir o procedimento descrito a seguir:

9.1.1 – Os licitantes deverão indicar no sistema eletrônico de licitações, antes do encaminhamento da proposta eletrônica de preços, a sua condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

9.1.1.1 - O licitante que não informar sua condição antes do envio das propostas perderá o direito ao tratamento diferenciado.

9.1.2 – Ao final da sessão pública de disputa de lances, o sistema eletrônico detectará automaticamente as situações de empate a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006.

9.1.2.1 – Considera-se empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, quando esta for proposta de licitante não enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

9.1.2.2 – Não ocorre empate quando a detentora da proposta mais bem classificada possuir a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa. Nesse caso, o pregoeiro convocará a arrematante a apresentar os documentos de habilitação.

9.1.3 – Caso ocorra a situação de empate, o pregoeiro convocará o representante da empresa de pequeno porte, da microempresa ou da cooperativa mais bem classificada, imediatamente e por meio do

sistema eletrônico, a ofertar lance inferior ao menor lance registrado para o item no prazo de cinco minutos.

9.1.3.1 – Caso a licitante convocada não apresente lance inferior ao menor valor registrado no prazo acima indicado, as demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que porventura possuam lances ou propostas, deverão ser convocadas, na ordem de classificação, a ofertar lances inferiores à menor proposta.

9.1.3.2 – A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que apresentar o melhor lance, inferior ao menor lance ofertado na sessão de disputa, será considerada arrematante pelo pregoeiro, que encerrará a disputa na sala virtual.

9.1.3.3 – O não oferecimento de lances no prazo específico destinado a cada licitante produz a preclusão do direito de apresentá-los. Os lances apresentados em momento inadequado, antes do início do prazo específico ou após o seu término serão considerados inválidos.

9.1.4 – Caso a proposta inicialmente mais bem classificada, de licitante não enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, seja desclassificada pelo pregoeiro, por desatendimento ao edital, essa proposta não é mais considerada como parâmetro para o efeito do empate de que trata esta cláusula.

9.1.4.1 – Para o efeito do empate, no caso da desclassificação de que trata o item anterior, a melhor proposta passa a ser a da próxima licitante não enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

9.1.4.2 – No caso de o sistema eletrônico não convocar automaticamente a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, o pregoeiro o fará através do “chat de mensagens”.

9.1.4.3 – A partir da convocação, a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, poderá oferecer proposta inferior à então mais bem classificada, através do “chat de mensagens”, dentro do prazo definido pelo pregoeiro, sob pena de preclusão de seu direito.

9.1.4 – O julgamento da habilitação das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas obedecerá aos critérios gerais definidos neste edital, observadas as particularidades de cada pessoa jurídica.

## **10 – RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

10.1. Havendo interposição de recurso o Pregoeiro informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões recursais no prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de preclusão. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões ao(s) recurso(s) interposto(s) no prazo comum de 03 (três) dias úteis contados a partir do término do prazo para apresentação, pelo(s) recorrente(s), dos memoriais recursais, sendo-lhes assegurada vista aos autos do processo no endereço indicado no Preâmbulo deste Edital.

10.2. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico no sítio [www.bbmnetlicitacoes.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br), opção "**RECURSO**". A apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo dentro dos prazos estabelecidos no 10.1.

10.3. A falta de interposição do recurso na forma prevista no item 10.1 importará na decadência do direito de recorrer, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto do certame ao vencedor na própria sessão pública e, em seguida, propor à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

10.4. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

10.6. A adjudicação será feita por item, conforme o detalhamento constante do Termo de Referência, anexo I, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

## 11 - DA CONTRATAÇÃO

11.1 - A licitante classificada nos termos da presente licitação será convocada para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de convocação a assinar o termo de contrato / ata, **nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, anexo III do presente Edital**. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, desde que solicitado por escrito pela adjudicatária durante seu transcurso e que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

11.1.1 – Caso a licitante classificada não atenda o item anterior, nessa hipótese, o processo retornará ao pregoeiro, que convocará os licitantes e, em sessão pública, procederá ao exame das demais propostas, bem como da habilitação de seu ofertante, seguindo a ordem da classificação, até que uma proposta atenda, integralmente, ao edital, sendo o seu autor declarado vencedor e convocado para assinar o Termo de Contrato.

11.1.1.1 - No prazo fixado na convocação específica caracterizará inadimplência das obrigações decorrentes desta licitação, sujeitando-a as penalidades neste Edital e na legislação vigente.

## 12. PRAZO DA CONTRATAÇÃO

12.1 Prazo de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Contrato junto à Prefeitura Municipal de Jandira.

## 13. PRAZO DA EXECUÇÃO DE SERVIÇO

13.1. Prazo de execução conforme definições da secretaria, contidas no termo de referência anexo I do edital.

## 14. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1 - Estando em conformidade com o proposto, o objeto da licitação será recebido no prazo estipulado no subitem anterior e o acompanhamento e fiscalização será realizado pela Secretaria da Saúde.

14.4 - Constatadas irregularidades no objeto licitado, o Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dias contados da notificação por escrito mantido o preço inicialmente contratado.

## 14.2. DA GARANTIA

a) Os serviços prestados e as peças fornecidas devem possuir **garantia mínima de 90 dias**, acrescidas, no caso das peças, de qualquer cobertura adicional concedida ao fabricante, constante na embalagem das mesmas até o limite do prazo adicional. Em todos os casos, o prazo terá início a partir do recebimento definitivo.

## 15. DA FORMA DE PAGAMENTO

15.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da entrega e apresentação da nota fiscal/fatura, devendo apresentar juntamente o relatório dos serviços realizados no município de Jandira.

15.2 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

15.3 - O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco informado pelo licitante.

15.4 - Nos pagamentos em atraso serão acrescidos de juros de mora da caderneta de poupança, previstos nas Leis Federais números 9.494/97 e 11.960/99, *pro rata tempore*.

15.5 – OBRIGATORIAMENTE no corpo das notas fiscais deverá constar o nº. do contrato ou da Autorização de Fornecimento, bem como o número da licitação e do processo licitatório e ainda todas as especificações, por item, preço unitário, unidade, quantidade, valor total de cada item e marca (quando houver), sob o risco de ser devolvida.

## 16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes das futuras contratações, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento vigente, na seguinte dotação:

ÓRGÃO DA DESPESA	ELEMENTO ECONÔMICO	FUNCIONAL E PROGRAMÁTICA	FONTE	SECRETARIA
08.12.00	3.3.90.39.00	10.302.1003	01 – proprio	Saúde

## 17. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO

17.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração da Prefeitura de Jandira pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

17.2 - Pela recusa injustificada em assinar o Termo de contrato/ata de registro de preços ou retirar o instrumento equivalente no prazo em que foi convocado - multa compensatória de vinte por cento (20%) sobre o valor total da contratação, inaplicável aos licitantes convocados nos termos do parágrafo 2º do artigo 64 da Lei Federal nº. 8.666/93.

17.3 - Pelo atraso na execução do contrato – multa moratória de cinco décimos por cento (0,5%) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), após poderá ser considerada infração contratual, e levar a rescisão contratual.

17.4 - Pela infração a qualquer das cláusulas contratuais – multa contratual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado.

## 18. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

18.1. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados por meio eletrônico, diretamente na plataforma [www.bbmnetlicitacoes.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br). As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.

18.3. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão entranhados aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

18.4. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência.

## 19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

19.2. Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pela Coordenadoria de Compras Eletrônicas, da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

19.3. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, observado o disposto no artigo 14, inciso IX, do Regulamento anexo à Resolução CC-27/2006, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.

19.4. O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes:

19.4.1. Para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta;

19.4.2. Para os demais participantes, até a etapa de habilitação;

19.5. Será excluído do certame o licitante que, por quaisquer meios, antes ou durante a sessão pública, franqueie, permita ou possibilite a sua identificação para a Unidade Compradora, para o Pregoeiro ou para os demais participantes em qualquer momento, desde a publicação do aviso até a conclusão da etapa de negociação, especialmente no preenchimento do formulário eletrônico para a entrega das propostas.

19.6. A exclusão de que trata o item anterior dar-se-á por meio de desclassificação do licitante na etapa "Análise de Propostas" e/ou pela não aceitabilidade do preço pelo pregoeiro na etapa "Análise da Aceitabilidade de Preço".

19.7. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.7.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

19.7.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8. A Prefeitura, na salvaguarda de seus interesses e conveniências poderá solicitar, e as licitantes obrigam-se a prestar todos os esclarecimentos necessários, quer através de documentos ou de sindicâncias e verificações “in loco”, visando aferir a capacidade técnica e administrativa destas, podendo, ainda, promover diligências nos termos previstos no parágrafo terceiro do artigo 43, da Lei n.º 8.666/1993.

19.9. O Pregoeiro poderá solicitar assessoria técnica de quaisquer outros departamentos da Prefeitura ou de terceiros, em qualquer fase deste procedimento licitatório, bem como lhe fica assegurado o direito de, se assim julgar necessário ou conveniente, visitar as dependências das licitantes, para nelas verificar as condições de trabalho e de atendimento às exigências deste Edital.

19.10. O Pregoeiro poderá no decorrer do procedimento licitatório, inclusive na fase de análise de documentação de habilitação e propostas, solicitar análise e manifestação de uma assessoria jurídica e/ou contábil para embasar as suas decisões.

19.11. A detentora se obriga a manter, durante toda a execução da ata do contrato / ata de registro de preços, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas nesta licitação.

19.12. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e [www.jandira.sp.gov.br](http://www.jandira.sp.gov.br), opção para “para empresas”.

19.13. Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.

19.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da cidade de Jandira.

19.15. Integram o presente Edital:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MODELO DE FORMULÁRIO DE PROPOSTA

ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO;

ANEXO IV – MODELOS DE DECLARAÇÕES (ANEXO VI.1, VI.2, VI.3 E VI.4);

ANEXO V – TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO;

ANEXO VI – MODELO VISITA TÉCNICA;

ANEXO VII – MODELO DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO;

19.16. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da cidade de Jandira.

Jandira, 28 de março de 2023

**Gabriela Moreira Rocha**  
Secretária da Saúde

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA - RETIFICADO

**1. DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO E GERENCIAMENTO TECNOLÓGICO, MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA, CALIBRAÇÃO, SEGURANÇA ELÉTRICA E QUALIFICAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÕES VIGENTES, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS.**

#### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

- A Empresa contratada deverá prestar serviços de manutenções planejadas (calibração, preventiva, segurança elétrica e qualificação) e corretiva em equipamentos de saúde, são definidos como o conjunto de aparelhos e máquinas, suas partes e acessórios utilizados por um estabelecimento de saúde que desenvolvem ações de diagnose, terapia e monitoramento, de diversas marcas e modelos, conforme Listagem de Bens constante deste Termo, incluindo fornecimento de peças, quando necessário;
- *As peças de maior relevância, utilizadas nos equipamentos de saúde, os quais deverão ser fornecidos e substituídos pela CONTRATADA durante a vigência contratual, cujo pagamento será efetuado em conformidade com os preços ofertados, encontram-se discriminadas no Anexo;*
- Incluem-se no preço mensal do contrato o fornecimento e a aplicação de materiais de reposição (peças/acessórios), conforme definições constantes deste termo;
- Os serviços abrangerão a retirada dos aparelhos, quando for necessário, a reparação das quebras e defeitos, aparentes ou não, sejam de caráter mecânico e/ou eletroeletrônico, recolocação dos aparelhos em seu perfeito estado de uso, inclusive com a substituição de eventuais peças defeituosas, testes e entrega, sem nenhum custo adicional para a Secretaria da Saúde, que somente pagará o valor mensal constante no contrato;
- As manutenções planejadas deveram ser efetuadas através de visitas e inspeções seguindo um cronograma disponibilizado pela CONTRATADA, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, dos equipamentos, entendendo-se como tal os serviços de limpeza interna e externa, ajustes, lubrificação, inspeção, efetuação de testes específicos, regulagem, reparos, fornecimento de peças de reposição e certificação, assim como todo o material necessário à execução dos serviços, a fim de estender a vida útil dos equipamentos e garantir o seu perfeito funcionamento;
- As manutenções corretivas serão feitas quando houver solicitação, sendo atendidas conforme a priorização dos atendimentos contidos no item de classificação de criticidade de equipamentos;

- Classificação de criticidade:
  - a) **CRÍTICO**  
Até 24 horas para atendimento presencial;
  - b) **SEMI CRÍTICO**  
Até 48 horas para atendimento presencial;
  - c) **NÃO CRÍTICO**  
Até 72 horas para atendimento presencial.
- Na existência de substituição de peças após análise, será feita por conta da CONTRATADA, devendo ser aprovada previamente pela fiscalização do contrato, mediante apresentação de justificativa técnica;
- As peças que vierem a ser utilizadas na execução do serviço deverão ser originais e novas, apenas sendo possível a utilização de peças reconcondicionadas na hipótese de não estarem as originais disponíveis no mercado, sendo, neste caso, necessária a anuência da fiscalização do contrato;
- Os serviços prestados e as peças fornecidas devem possuir **garantia mínima de 90 dias**, acrescidas, no caso das peças, de qualquer cobertura adicional concedida ao fabricante, constante na embalagem das mesmas até o limite do prazo adicional. Em todos os casos, o prazo terá início a partir do recebimento definitivo.
- Os serviços serão executados nas dependências e no horário de expediente das Unidades de Saúde, exceto nas condições de necessidade de retirada do equipamento, onde será disponibilizado pela CONTRATANTE um local para instalação do setor de engenharia clínica, caso em que esta deverá devolvê-lo em perfeitas condições de uso, **em até 15 dias corridos após a retirada do aparelho**; tal prazo é insuscetível de prorrogação, salvo se houver motivo justificado e aceite fiscal do contrato; o transporte dos equipamentos em qualquer modalidade de manutenção ficará a cargo da Contratada;
- Todo equipamento, componente ou peça que necessitar ser removido para conserto em oficina fora das dependências da CONTRATANTE necessitará de prévia autorização do gestor do contrato;
- As despesas com a retirada, a remessa, a devolução e a posterior reinstalação correrão por conta da CONTRATADA;
- Dentro dos prazos estipulados anteriormente, fica assegurado a Secretaria Municipal de Saúde que o técnico da CONTRATADA deverá sanar o defeito causador da paralisação dos equipamentos;
- Caso haja prorrogação no prazo para a execução dos serviços, a CONTRATADA fornecerá aparelho similar aquele cuja manutenção tenha excedido aos prazos acima citados, até a conclusão dos serviços;

- Nos equipamentos que se encontrem em período de garantia os serviços de manutenção corretiva somente poderão ser executados após a constatação de que o problema não decorra de defeito coberto pela garantia e autorização expressa da CONTRATANTE;
- Ficando constatado que o problema do equipamento sob a garantia decorra de defeito de fabricação, a CONTRATADA comunicará o fato ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, mediante emissão de Laudo Técnico, assinado pelo técnico responsável pela condução dos serviços a fim de que sejam tomadas as providências necessárias;
- Todas as peças, componentes e materiais que porventura tenham sido substituídos deverão ser entregues pela CONTRATADA ao fiscal do contrato na Secretaria da Saúde;
- O cronograma de manutenções planejadas, deverá ser entregue em até 30 dias após a data de assinatura do contrato, e sua execução terá início após ACEITE da CONTRATANTE;
- A CONTRATADA deverá possuir documentos que definam e sistematize as atividades executadas pela equipe de engenharia clínica das unidades de saúde geridas, como:
  - Acervo técnico;
  - Registro na ANVISA;
  - Registro no INMETRO.

Tendo como objetivo assegurar às unidades de saúde a rastreabilidade, qualidade, eficácia, efetividade, segurança e desempenho, desde a entrada no estabelecimento de saúde até o seu destino final, incluindo o planejamento dos recursos físicos, materiais e humanos, bem como, da capacitação dos profissionais envolvidos no processo destes;

- A Contratada deverá assumir as despesas com seus funcionários, decorrentes da locomoção e alimentação;
- Apresentar PCMSO (Programa de controle médico e saúde ocupacional) e PPRA (Programa de prevenção de risco ambiental) dos funcionários;
- A Contratada deverá assumir inteira responsabilidade pela conservação e limpeza do local de execução dos serviços. O desenvolvimento de trabalhos que envolvam transporte e montagem de equipamentos deverá ser rigorosamente planejado, protegendo-se especialmente os materiais de acabamento existentes na edificação (pisos e paredes);

- A CONTRATADA deverá emitir Relatório Circunstanciado, especificando a causa e tipo de problema apresentado e indicando a necessidade, ou não, da substituição de peças, componentes ou acessórios, no prazo máximo de 72 (Setenta e Duas) horas, a contar do comparecimento ao local;
- A CONTRATADA, sempre que for realizada manutenção corretiva, deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Saúde RELATÓRIO TÉCNICO de todos os bens patrimoniais atendidos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da conclusão do reparo, no qual deverá constar a descrição dos serviços e do defeito apresentado, as peças substituídas, quando for o caso, bem como o tipo de bem, nº de patrimônio, data do reparo e prazo de garantia, tanto dos serviços quanto das peças;
- A CONTRATADA deverá apresentar RELATÓRIO TÉCNICO mensal relativo à manutenção planejada, **até o 5º dia útil do mês subsequente**, no qual deverá constar a descrição dos serviços realizados, bem como o fornecimento e aplicação de materiais de reposição, quando for o caso;
- As manutenções deverão ser efetuadas por técnicos especializados devidamente credenciados, nos locais de uso dos equipamentos, de segunda a sexta-feira das 8h às 17h;
- A empresa contratada deverá realizar visitas e inspeções semanais nas unidades e emitir relatório da manutenção realizada e o mesmo deverá ser atestado pelo Chefe Administrativo da Unidade. As visitas e inspeções deverão acontecer de segunda a sexta-feira das 08:00 às 17:00hrs;
- A CONTRATADA assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os materiais de reposição e materiais de consumo necessários à revisão, fixação, correção de vazamentos de ar e água, limpeza, testes, recarga, calibração, lubrificação e conservação dos equipamentos cuja manutenção seja objeto desta licitação. Todas as peças fornecidas e instaladas pela CONTRATADA deverão ser genuínas ou recomendadas pelo fabricante, de configuração idêntica ou superior;
- Todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos deverão ser entregues pela CONTRATADA ao gestor do contrato;
- Caso haja impossibilidade de apresentação das peças no prazo indicado, a CONTRATADA deverá apresentar documento justificando a impossibilidade do fornecimento e instalação;

#### **DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS**

- A manutenção é entendida como o conjunto de atividades técnico administrativas, de natureza preventiva e corretiva, com vistas à preservação da vida útil, sem perda das características, integridade física, rendimento e ponto ótimo de operação do equipamento, instalações, sistemas ou suas partes;

- Os serviços de manutenção preventiva deverão ter periodicidade **mensal**;
- Considera-se manutenção preventiva, entre outros, os serviços de:
  - a) revisão geral;
  - b) fixação e troca de parafusos, roscas, bielas, anéis, borrachas de vedação, fusíveis e garrafas externas de reservatório de água dos equipamentos;
  - c) correção de vazamentos de ar e água;
  - d) limpeza;
  - e) testes, recarga e lubrificação com a finalidade de evitar a ocorrência de defeitos e acidentes, bem como para garantir o perfeito e regular funcionamento dos equipamentos.
- Compreende-se como manutenção corretiva, entre outros, os serviços de reparos para eliminar defeitos técnicos e/ou **decorrentes do uso normal**, incluída a substituição de peças gastas ou inajustáveis porventura necessárias, visando estabelecer o perfeito e regular funcionamento dos equipamentos mantidos;
- Os serviços de manutenção corretiva deverão ser realizados sempre que houver necessidade, mediante solicitação emitida pela CONTRATANTE, para permitir a correção de defeitos ou falhas em qualquer unidade dos equipamentos;

#### DOS MATERIAIS

- A CONTRATADA assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os materiais de reposição e materiais de consumo necessários à revisão, fixação, correção de vazamentos de ar e água, limpeza, testes, recarga, calibração, lubrificação e conservação dos equipamentos cuja manutenção seja objeto desta licitação.
- Entende-se por materiais de reposição, de forma exemplificativa: parafusos, roscas, bielas, anéis, borrachas de vedação, fusíveis, garrafas externas de reservatório de água dos equipamentos, correias e correlatos.
- Entende-se por materiais de consumo, de forma exemplificativa: álcool, benzina, estopa, flanela, fita isolante, soldas, graxa, lixas, óleo lubrificante, vaselina, gás, produto de limpeza não abrasível e biodegradável, necessários à manutenção preventiva dos equipamentos e recomendados pelo fabricante e correlatos.

## 2. JUSTIFICATIVA:

2.1. O gerenciamento da manutenção hospitalar tem o papel fundamental de garantir o bem-estar dos pacientes. É um engano pensar que um hospital ou clínica precisa apenas de uma equipe médica eficiente e qualificada. Sem o suporte de equipamentos de qualidade e em bom estado, o trabalho pode ser comprometido. Uma manutenção hospitalar eficiente permite que o gestor desenvolva um planejamento para a substituição dos equipamentos. Todos eles têm vida útil e, eventualmente, precisarão ser substituídos. Com esse planejamento em mãos, a administração passa a ter uma previsão de quando e quanto será necessário investir. A manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médico hospitalares aumenta a vida útil dos equipamentos. Isto inclui o funcionamento adequado, bom desempenho, maior segurança, e por consequência, a redução de gastos em relação à manutenção corretiva, que muitas vezes pode envolver a compra de um novo equipamento e gerar mais despesas. Executar a rotineira manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médico hospitalares, também pode permitir a operação eficaz das instalações. Quando um equipamento falha, a saúde e a segurança do paciente podem ser afetados e até mesmo, cair à qualidade do atendimento. A manutenção preventiva envolve a tomada de medidas para ajudar a manter o funcionamento do sistema, enquanto a manutenção corretiva envolve a substituição ou reparo de um sistema ou de seus componentes depois que eles já falharam.

## 3. QUANTITATIVO E DESCRIÇÃO.

ITEM	PRODUTO	MARCA	MODELO	LOCAL	STATUS
1	DETECTOR FETAL	MEDPEJ	DF7001	UBS OURO VERDE	EM USO
2	DETECTOR FETAL	SIGMED	MS101	UBS OURO VERDE	EM USO
3	BALANÇA	LIDER	LD1050	UBS OURO VERDE	EM USO
4	BALANÇA PEDIATRICA	BALMAK	25BB	UBS OURO VERDE	EM USO
5	OTOSCOPIO	MIKATOS	TK	UBS OURO VERDE	EM USO
6	BALANÇA DIGITAL ADULTO	BALMAK	BK 300F	UBS OURO VERDE	EM USO
7	AUTO CLAVE	DIGITALE	DIGITAL	UBS OURO VERDE	EM USO
8	ELETROCARDIOGRAFO	EMAI	EX-03	UBS OURO VERDE	EM USO
9	BALANÇA PEDIATRICA	WELMY	109-E	UBS ANALANDIA	EM USO
10	OTOSCOPIO	MIKATOS	TK	UBS ANALANDIA	EM USO
11	BALANÇA DIGITAL ADULTO	LIDER	LD1050	UBS ANALANDIA	EM USO
12	BALANÇA DIGITAL ADULTO	BALMAK	BK 300F	UBS ANALANDIA	EM USO
13	DETECTOR FETAL	MICROEM	MD1000	UBS ANALANDIA	EM USO
14	DETECTOR FETAL	MEDPEJ	DF7001	UBS ANALANDIA	EM USO
15	AUTO CLAVE 21 LITROS	CRISTOFOLI	CLASS CP	UBS ANALANDIA	EM USO
16	BALANÇA DIGITAL ADULTO	BALMAK	BK 300F	UBS SAGRADO CORAÇÃO	EM USO
17	BALANÇA DIGITAL ADULTO	BALMAK	BK 300F	UBS SAGRADO CORAÇÃO	EM USO
18	BALANÇA DIGITAL PEDIATRICA	BALMAK	25BB	UBS SAGRADO CORAÇÃO	EM USO

19	BALANÇA DIGITAL PEDIATRICA	BALMAK	25BB	UBS SAGRADO CORAÇÃO	EM USO
20	DETECTOR FETAL	MICROEM	MD1000	UBS SAGRADO CORAÇÃO	EM USO
21	DETECTOR FETAL	MEDPEJ	DF7001	UBS SAGRADO CORAÇÃO	EM USO
22	OTOSCOPIO	MIKATOS	TK	UBS SAGRADO CORAÇÃO	EM USO
23	OTOSCOPIO	MIKATOS	TK	UBS SAGRADO CORAÇÃO	EM USO
24	DETECTOR FETAL	MICROEM	MD1000	UBS FATIMA	EM USO
25	DETECTOR FETAL	MEDPEJ	DF7001	UBS FATIMA	EM USO
26	BALANÇA DIGITAL PEDIATRICA	BALMAK	25BB	UBS FATIMA	EM USO
27	BALANÇA DIGITAL PEDIATRICA	BALMAK	25BB	UBS FATIMA	EM USO
28	BALANÇA DIGITAL ADULTO	BALMAK	BK 300F	UBS FATIMA	EM USO
29	OTOSCOPIO	MIKATOS	TK	UBS FATIMA	EM USO
30	AUTO CLAVE 29 LITROS	DIGITALE	DIGITAL	UBS ALVORADA	EM USO
31	BALANÇA DIGITAL ADULTO	LIDER	LD1050	UBS ALVORADA	EM USO
32	BALANÇA DIGITAL PEDIATRICA	BALMAK	25BB	UBS ALVORADA	EM USO
33	BALANÇA DIGITAL ADULTO	BALMAK	BK 300F	UBS ALVORADA	EM USO
34	DETECTOR FETAL	MEDPEJ	DF7001	UBS ALVORADA	EM USO
35	AUTO CLAVE 21 LITROS	DIGITALE	DIGITAL	UBS TEREZA	EM USO
36	AUTO CLAVE 21 LITROS	DIGITALE	DIGITAL	UBS TEREZA	EM USO
37	BALANÇA DIGITAL ADULTO	LIDER	LD1050	UBS TEREZA	EM USO
38	BALANÇA DIGITAL ADULTO	BALMAK	BK 300F	UBS TEREZA	EM USO
39	BALANÇA DIGITAL PEDIATRICA	BALMAK	25BB	UBS TEREZA	EM USO
40	OTOSCOPIO	MIKATOS	TK	UBS TEREZA	EM USO
41	OTOSCOPIO	MIKATOS	TK	UBS TEREZA	EM USO
42	DETECTOR FETAL	MD	FD300D	UBS TEREZA	EM USO
43	DETECTOR FETAL	MEDPEJ	DF7001	UBS TEREZA	EM USO
44	DETECTOR FETAL	MICROEM	MD1000	UBS VALE DO SOL	EM USO
45	DETECTOR FETAL	MEDPEJ	DF7001	UBS VALE DO SOL	EM USO
46	BALANÇA DIGITAL PEDIATRICA	BALMAK	25BB	UBS VALE DO SOL	EM USO
47	BALANÇA DIGITAL PEDIATRICA	BALMAK	25BB	UBS VALE DO SOL	EM USO
48	BALANÇA DIGITAL ADULTO	BALMAK	BK 300F	UBS VALE DO SOL	EM USO
49	OTOSCOPIO	MIKATOS	TK	UBS VALE DO SOL	EM USO
50	AUTO CLAVE 29 LTS	DIGITALE	DIGITAL	UBS EUNICE	EM USO

51	AUTO CLAVE 29 LTS	DIGITALE	DIGITAL	UBS EUNICE	EM USO
52	BALANÇA DIGITAL ADULTO	LIDER	LD1050	UBS EUNICE	EM USO
53	BALANÇA DIGITAL ADULTO	BALMAK	BK 300F	UBS EUNICE	EM USO
54	BALANÇA DIGITAL PEDIATRICA	BALMAK	25BB	UBS EUNICE	EM USO
55	OTOSCOPIO	MIKATOS	TK	UBS EUNICE	EM USO
56	OTOSCOPIO	MIKATOS	TK	UBS EUNICE	EM USO
57	DETECTOR FETAL	MD	FD300D	UBS EUNICE	EM USO
58	DETECTOR FETAL	MD	FD300D	UBS EUNICE	EM USO
59	BALANÇA DIGITAL ADULTO	BALMAK	BK 300F	UBS BROTINHO	EM USO
60	BALANÇA DIGITAL ADULTO	BALMAK	BK 300F	UBS BROTINHO	EM USO
61	BALANÇA DIGITAL PEDIATRICA	BALMAK	25BB	UBS BROTINHO	EM USO
62	BALANÇA DIGITAL PEDIATRICA	BALMAK	25BB	UBS BROTINHO	EM USO
63	AUTO CLAVE 29 LTS	DIGITALE	DIGITAL	UBS BROTINHO	EM USO
64	AUTO CLAVE 29 LTS	CRISTOFOLI	VITALE 21	UBS BROTINHO	EM USO
65	ELETRCARDIOGRAFO	EMAI	EX-03	UBS GABRIELA	EM USO
66	BALANÇA DIGITAL PEDIATRICA	BALMAK	25BB	UBS GABRIELA	EM USO
67	BALANÇA	LIDER	LD1050	UBS GABRIELA	EM USO
68	BALANÇA DIGITAL PEDIATRICA	BALMAK	25BB	UBS GABRIELA	EM USO
69	BALANÇA	LIDER	LD1050	UBS GABRIELA	EM USO
70	DETECTOR FETAL	SIGMED	MS101	UBS GABRIELA	EM USO
71	DETECTOR FETAL	MEDPEJ	DF7001	UBS GABRIELA	EM USO
72	DETECTOR FETAL	MD	FD300D	UBS GABRIELA	EM USO
73	ELETROESTIMULADOR NEUROMED	CARCI	4080	CRH	EM USO
74	ELETROESTIMULADOR NEUROMED	CARCI	4080	CRH	EM USO
75	AP. DE ULTRASSOM	IBRAMED	SONOPULSE III IPX1	CRH	EM USO
76	ELETROESTIMULADOR	CARCI	FESMED IV 4054	CRH	EM USO
77	APARELHO DE TENS	IBRAMED	NEURODYN II IPXO	CRH	EM USO
78	AP. DE ULTRASSOM	IBRAMED	SONOPULSE III IPX1	CRH	EM USO
79	ELETROESTIMULADOR NEUROMED	CARCI	4080	CRH	EM USO
80	OTOSCOPIO	MIKATOS	TK	AMEJ	EM USO
81	ELETRCARDIOGRAFO	BIONET	CARDIOCARE	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
82	OTOSCOPIO	MIKATOS	TK	AMEJ	EM USO
83	AUTO CLAVE 29 LTS	DIGITALE	DIGITAL	AMEJ	EM USO
84	TONÔMETRO DE APLANAÇÃO	HAAG-STREIT	AT-900	AMEJ	QUEBRADO

85	TONÔMETRO DE SOPRO	REXXAN	NCT-200	AMEJ	EM USO
86	LENSÔMETRO	CE		AMEJ	EM USO
87	LÂMPADA DE FENDA	TOPCON	SL-1E	AMEJ	EM USO
88	MESA ELÉTRICA (LÂMPADA DE FENDA)	XENÔNIO		AMEJ	EM USO
89	REFRATOR GREENS	CE	TW-1430A	AMEJ	EM USO
90	COLUNA	XENÔNIO	TS-IV/A	AMEJ	EM USO
91	CADEIRA ELÉTRICA	XENÔNIO	EL 04/A	AMEJ	EM USO
92	MONITOR LED	LG	MK4	AMEJ	EM USO
93	CONTROLE DO MONITOR	XENÔNIO		AMEJ	EM USO
94	BOMBA DE INFUSÃO	CAREFUSION	ALARIS GW	UPA	EM USO
95	BOMBA DE INFUSÃO	CAREFUSION	ALARIS GW	UPA	EM USO
96	BOMBA DE INFUSÃO	CAREFUSION	ALARIS GW	UPA	EM USO
97	ASPIRADOR PORTATIL	MID	DV350	UPA	EM USO
98	ASPIRADOR PORTATIL	MID	DV350	UPA	EM USO
99	MONITOR DE SINAIS	PRO LIFE	P12	UPA	EM USO
100	MONITOR DE SINAIS	PRO LIFE	P12	UPA	EM USO
101	DEA DESFIBRILADOR EXTERNO	LIFEMED	LIFESHOCK PRO	UPA	EM USO
102	ELETROCARDIOGRAFO	BIONET	CARDIOCARE	UPA	EM USO
103	DEA DESFIBRILADOR EXTERNO	INSTRAMED	DUAL MODE PRO	UPA	EM USO
104	RESPIRADOR	TAKAOKA	ATLANTRA 403	UPA	EM USO
105	DEA DESFIBRILADOR EXTERNO	LIFEMED	LIFESHOCK PRO	UPA	EM USO
106	BOMBA DE INFUSÃO	CAREFUSION	ALARIS GW	UPA	EM USO
107	AUTO CLAVE 29 LTS	DIGITALE	DIGITAL	UPA	EM USO
108	AUTO CLAVE 29 LTS	DIGITALE	DIGITAL	UPA	EM USO
109	VENTILADOR PULMONAR	TAKAOKA	DENVER	UPA	EM USO
110	MONITOR DE SINAIS	PRO LIFE	P12	UPA	EM USO
111	MONITOR DE SINAIS	PRO LIFE	P12	UPA	EM USO
112	MONITOR DE SINAIS	PRO LIFE	P12	UPA	EM USO
113	MONITOR DE SINAIS	PRO LIFE	P12	UPA	EM USO
114	MONITOR DE SINAIS	PRO LIFE	P12	UPA	EM USO
115	MONITOR DE SINAIS	PRO LIFE	P12	UPA	EM USO
116	MONITOR DE SINAIS	PRO LIFE	P12	UPA	EM USO
117	BALANÇA DIGITAL ADULTO	LIDER	LD1050	UPA	EM USO
118	BALANÇA DIGITAL PEDIÁTRICA	WELMY	109-E	UPA	EM USO
119	BALANÇA DIGITAL PEDIÁTRICA	WELMY	109-E	UPA	EM USO
120	BALANÇA DIGITAL ADULTO	LIDER	LD1050	UPA	EM USO
121	BALANÇA DIGITAL ADULTO	LIDER	LD1050	UPA	EM USO

122	DETECTOR FETAL	DIGITALE	7001	UPA	EM USO
123	MINI OTOSCOPIO	MIKATOS	MK	UPA	EM USO
124	BISTURI ELETRICO	DELTRONIX	B-3300 SM	UPA	EM USO
125	FOCO DE LUZ	MEDPEJ	LED	UPA	EM USO
126	VENTILADOR TRANSPORTE	MICROTAK	KTC	UPA	EM USO
127	RESPIRADOR	TAKAOKA	NOVITECH	UPA	EM USO
128	RETINOSCOPIO PORTATIL	MD	OMNI 3000	UPA	EM USO
129	DETECTOR FETAL	MD	FD300D	CRM	EM USO
130	DETECTOR FETAL	MD	FD300D	CRM	EM USO
131	BALANÇA DIGITAL ADULTO	BALMAK	BK 300F	CRM	EM USO
132	BALANÇA DIGITAL ADULTO	BALMAK	BK 300F	CRM	EM USO
133	BALANÇA DIGITAL ADULTO	BALMAK	BK 300F	CAPS	EM USO
134	BALANÇA DIGITAL ADULTO	BALMAK	BK 300F	CAPS	EM USO
135	OTOSCOPIO	MIKATOS	TK	CAPS	EM USO
136	ASPIRADOR PORTATIL	MID	DU350	CCC	EM USO
137	DEA DESFIBRILADOR EXTERNO	LIFEMED	LIFESHOCK PRO	CCC	EM USO
138	VENTILADOR PULMONAR	TAKAOKA	DENVER	CCC	EM USO
139	VENTILADOR PULMONAR	TAKAOKA	SMART	CCC	EM USO
140	BOMBA DE INFUSÃO	CAREFUSION	ALARIS GW	CCC	EM USO
141	BOMBA DE INFUSÃO	CAREFUSION	ALARIS GW	CCC	EM USO
142	BOMBA DE INFUSÃO	CAREFUSION	ALARIS GW	CCC	EM USO
143	BOMBA DE INFUSÃO	CAREFUSION	ALARIS GW	CCC	EM USO
144	BOMBA DE INFUSÃO	CAREFUSION	ALARIS GW	CCC	EM USO
145	BOMBA DE INFUSÃO	CAREFUSION	ALARIS GW	CCC	EM USO
146	BOMBA DE INFUSÃO	CAREFUSION	ALARIS GW	CCC	EM USO
147	BOMBA DE INFUSÃO	CAREFUSION	ALARIS GW	CCC	EM USO
148	BOMBA DE INFUSÃO	CAREFUSION	ALARIS GW	CCC	EM USO
149	BOMBA DE INFUSÃO	CAREFUSION	ALARIS GW	CCC	EM USO
150	BOMBA DE INFUSÃO	CAREFUSION	ALARIS GW	CCC	EM USO
151	ELETROCARDIOGRAFO	EMAI	EX-03	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
152	ELETROCARDIOGRAFO	EMAI	EX-03	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
153	ELETROCARDIOGRAFO	EMAI	EX-03	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
154	ELETROCARDIOGRAFO	EMAI	EX-03	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
155	ELETROCARDIOGRAFO	EMAI	EX-03	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
156	ELETROCARDIOGRAFO	EMAI	EX-03	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO

157	AMALGAMADOR	SCHUSTER	VIBRAMAT	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
158	SELADORA	SELAMAXX	VH	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
159	ASPIRADOR CIRUGICO	FANEM	089AME	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
160	ASPIRADOR CIRUGICO	FANEM	089AME	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
161	ASPIRADOR CIRUGICO	FANEM	089AME	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
162	ASPIRADOR CIRUGICO	FANEM	089AME	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
163	ASPIRADOR CIRUGICO	FANEM	089AME	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
164	ASPIRADOR CIRUGICO	FANEM	089AME	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
165	BISTURI ELETRONICO	ATX	B-3500	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
166	APARELHO DE ANESTESIA	TAKAOKA	FUJI MAXIUS	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
167	DETECTOR FETAL	MICROEM	MD1000	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
168	DETECTOR FETAL	MICROEM	MD1000	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
169	BISTURI ELETRONICO	MEDCIR	MBJ	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
170	DETECTOR FETAL	MICROEM	MD1000	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
171	DETECTOR FETAL	MICROEM	MD1000	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
172	BALANCA ELETRONICA DE PRECISAO	GEHAKA	BG400	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
173	MONITOR MULTIPARAMETRICO	LIFEMED	LIFETOUCH 10	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
174	OXIMETRO DE PULSO PORTATIL	MORRYA	M1000	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
175	ASPIRADOR CIRUGICO	PROTEC	EVOL. 1500	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
176	DETECTOR FETAL	MEDCIR	DF-50	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
177	IDENTIFICADOR RADIOGRAFICO	KONEX		SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
178	INCUBADORA	TAKAOKA	NEONATAL	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
179	AMALGAMADOR	SCHUSTER	START	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
180	AMALGAMADOR	SCHUSTER	START	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
181	AMALGAMADOR	SCHUSTER	START	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
182	BISTURI ELETRONICO	IMBRACRIOS	BE-200	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
183	DETECTOR FETAL	MEDCIR	DF-50	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
184	DETECTOR FETAL	MICROEM	MD1000	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO

185	DETECTOR FETAL	MEDCIR	DF-50	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
186	BOMBA DE INFUSAO	CELM	MP20	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
187	BOMBA DE INFUSAO	CELM	MP20	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
188	BISTURI ELETRONICO	DELTRONIX	B-3300 SM	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
189	BISTURI ELETRONICO	DELTRONIX	B-1800 MP	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
190	BISTURI ELETRONICO	DELTRONIX	B-1800 MP	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
191	DEFRIBILADOR COM MONITOR	EMAI	DX-10	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
192	ELETROCARDIOGRAFO	DIXTAL	EP-12	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
193	ELETROCARDIOGRAFO	DIXTAL	EP-12	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
194	AUTO CLAVE 29LTS	DIGITALE	DIGITAL	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
195	AUTO CLAVE 29 LTS	DIGITALE	DIGITAL	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
196	AUTO CLAVE 29 LTS	DIGITALE	DIGITAL	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
197	AUTO CLAVE 29 LTS	DIGITALE	DIGITAL	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
198	AUTO CLAVE 29 LTS	DIGITALE	DIGITAL	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO
199	AUTO CLAVE 29 LTS	DIGITALE	DIGITAL	SECRETARIA DA SAUDE	QUEBRADO

**OBSERVAÇÃO 1:**

- Todas as peças deverão ser compatíveis com os equipamentos listados.

**OBSERVAÇÃO 2:**

- Todos os equipamentos “quebrado” deverão estar em perfeitas condições de uso dentro do prazo 180 dias, exceto equipamentos com o custo de manutenção superior a 50% do valor de aquisição de uma tecnologia similar.

**OBSERVAÇÃO 3:**

- Manutenções superiores a 50% do valor de aquisição de uma tecnologia similar, deverá ser apresentado orçamento com:
  - Estudo de mercado, relatório de descontinuidade, registro da ANVISA, e em caso de registro vencido/cancelado, necessário a carta de obsolescência.

**4. PERÍODO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:** o objeto da presente contratação será por período de 12 (doze) meses.

**5. A EMPRESA DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTE COMPROVAÇÕES TÉCNICAS:**

5.1 Comprovação de capacidade técnico-operacional, através da apresentação de **Atestado de Capacidade Técnica**, em nome da proponente, que comprove o fornecimento de serviços compatíveis com o objeto da licitação.

5.2 Certidão de Registro ou Inscrição da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais CRT, da jurisdição da sede da licitante, com validade no presente exercício.

5.3 Comprovação de que possui em seu quadro técnico permanente ou societário, Engenheiro Mecânico com especialização em Engenharia Clínica, comprovando através de apresentação do diploma e/ou CREA.

5.4 Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante.

5.5 O(s) Técnico(s) de manutenção, a serem disponibilizados pela empresa deverão já possuir registro no CFT (*cadastro ativo*), conforme lei nº 13.639/2018.

**6. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

6.1. Superada a etapa de lances e habilitação, à empresa classificada em primeiro lugar, deverá encaminhar documentação complementar, na Diretoria de Compras e Licitações no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, conforme abaixo:

6.1.1. Declaração com relação dos técnicos que realizarão as manutenções nas unidades de saúde, na qual contará os documentos que comprovam seus registros no CFT, CREA ou CAU.

6.1.2. Comprovação de que a empresa possui em seu quadro de pessoal, profissional com capacitação técnica com treinamento em requisitos da norma ABNT NBR ISO/IEC 17025/2005 (requisitos gerais para competência de laboratórios de ensaio e calibração)

6.1.3. Atestado de Autorização, emitido por órgão da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Inmetro (RBMLQ-I), para realizar o reparo e a manutenção em Esfigmomanômetros.

- 6.1.4. A empresa melhor classificada deverá apresentar autorização para execução de serviços de manutenção e /ou reparos de balanças de no mínimo 450 kgs e esfigmomanômetro expedido pelo INSTITUTO Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO, conforme Portaria 88 de 8 de julho de 1.987 dentro da validade.
- 6.1.5. A licitante deverá apresentar a Autorização de Funcionamento, AFE da empresa pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
- 6.1.6. Alvará ou Licença ou Autorização de Funcionamento Municipal, expedido pelo órgão competente onde se localiza a participante da licitação, que tenha como conteúdo que a pessoa jurídica está autorizada a funcionar no âmbito municipal.

## 7. VISTORIA TÉCNICA

7.1. As empresas, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável:

- 7.1.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

### MAPA MÉDIA DE PREÇOS

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO (MENSAL)	VALOR ANUAL
1	12	SV	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO E GERENCIAMENTO TECNOLÓGICO, MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA, CALIBRAÇÃO, SEGURANÇA ELÉTRICA E QUALIFICAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÕES VIGENTES, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS.	R\$28.666,67	R\$344.000,04

ANEXO II

FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇOS – (MODELO)

LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		UF:
CEP:	FONE/FAX:	CONTATO:
INSCR. ESTADUAL:		CNPJ:
DATA:	VALIDADE DA PROPOSTA:	PRAZO DE EXECUÇÃO:

PROCESSO Nº ..../2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2023

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (MENSAL)	VALOR ANUAL
1	12	SV	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO E GERENCIAMENTO TECNOLÓGICO, MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA, CALIBRAÇÃO, SEGURANÇA ELÉTRICA E QUALIFICAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÕES VIGENTES, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS.	R\$	R\$

Validade da Proposta:

Condições de Pagamento:

Garantia:

Declaro estar ciente e de acordo com as especificações contidas no anexo I e as normas do edital.

(data)

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO III

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº...../ 2023**  
**Prestação de Serviços**

São partes neste instrumento de contrato administrativo de fornecimento de Prestação de Serviço:

**I- CONTRATANTE**

**Pessoa Jurídica- Direito Público:** **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA**, pessoa jurídica de direito público interno, com CNPJ nº 46.522.991/0001-73, e com sede à Rua Elton Silva, nº 1.000 - Parque JMC, distrito e município de Jandira, Estado de São Paulo, neste ato representada pela Secretária da Saúde, a Sra. **GABRIELA MOREIRA ROCHA**, portadora da Cédula de Identidade com RG. sob o nºxxxxxxx e inscrita no CPF/MF. sob o nº xxxxxxxxxxxx, doravante designado CONTRATANTE e;

**II - CONTRATADA**

**Pessoa Jurídica- Direito Privado:** ..... (nome, denominação ou razão social ou empresarial) .....  
com sede a..... (endereço completo- rua, av. estrada.rodovia- nº- Bairro- Cidade- Estado- Cep- telefone) .....  
com inscrição no CNPJ/MF nº ..... neste ato tendo como seu representante legal, na condição de.....(sócio, gerente, procurador, etc....)....., o Sr..... portador da cédula de identidade RG nº ..... e CPF/MF nº....., residente e domiciliado à..... (endereço completo- rua, av. estrada.rodovia- nº- Bairro- Cidade- Estado- Cep - ) ....., doravante designada CONTRATADA.

As partes aqui nomeadas e qualificadas tem entre si, certo, justo, combinado e contratado o presente contrato administrativo de prestação de serviços de manutenção do objeto mencionado na Cláusula Primeira, tudo nos termos do procedimento de licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico sob nº...../2023, Processo Administrativo nº. /2023, regendo-se pelo disposto na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, pelo Edital da licitação, pela proposta e condição vencedora do certame ofertadas pela CONTRATADA, pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as regras do direito administrativo e as disposições do direito privado, e em especial por este Contrato Administrativo nº...../2023 pelas cláusulas, sub-cláusulas e condições adiante enunciadas, que aceitam e outorgam a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1- O presente contrato tem por objetivo, sob natureza de contrato administrativo, por prazo determinado, a prestação de serviços de..... em atendimento as Secretaria Municipal de ....., conforme especificações do Anexo I do Edital, o qual fica fazendo parte integrante deste contrato, realizando e levando a efeitos com conhecimentos e aptidões profissionais indispensáveis para a execução e desempenho dos serviços, atribuições e encargos dos serviços a serem prestados, mantendo-os durante toda a execução do contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO :**

2- Os serviços contratados serão executados pelo preço unitário (mensal).

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO e DA PRORROGAÇÃO**

3. Prazo de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Contrato junto à Prefeitura Municipal de Jandira.

3.1 – O presente contrato administrativo poderá ser prorrogado, mediante justificativa por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente, pelo mesmo prazo de duração previsto nesta cláusula, e por Termo de Aditamento de prorrogação de prazo contratual, podendo ainda ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses a teor do inciso II do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, e em caráter excepcional, devida e amplamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o limite de prazo aqui descrito poderá ser prorrogado por mais até 12 (doze) meses, na forma do disposto no § 4º do art.57 da Lei federal nº 8.666/93.

3.2 – A prorrogação de prazo contratual aqui prevista e na forma da legislação aplicável, far-se-á mediante manifestação expressa e escrita, com antecedência de 60 (sessenta) dias da data de vencimento do Contrato, pela CONTRATADA, caso seja de seu interesse, ou da CONTRATANTE, por provocação da Secretaria Municipal gestora do Contrato, e desde que reciprocamente haja interesse de ambos na prorrogação de prazo contratual. No caso de não haver manifestação na forma aqui prescrita, o contrato ficará automaticamente extinto.

3.3.– A prorrogação de prazo contratual, reciprocamente aceitas pela CONTRATANTE e CONTRATADA, será feita por Termo de Aditamento de prorrogação de prazo contratual, mantendo-se todas as demais cláusulas, sub-cláusulas e condições contratuais.

3.4 – Não é permitido ao contrato (a) suspender a execução do objeto contratual, sem justo motivo, bem como executá-lo com lentidão, com o fim de prorrogar a duração do contrato, sujeitando – se, se assim agir, às penalidades legais e contratuais, sem prejuízo das responsabilidades civil, penal e administrativa.

**CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO, DA REVISÃO E DO REAJUSTE**

4- Pela execução do objeto do presente contrato administrativo, a CONTRATANTE obriga-se a pagar a CONTRATADA o preço de R\$.....

(.....)

estando incluído no preço todas as despesas diretas, e indiretas, tais como os materiais descritos no anexo deste contrato, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, comerciais e quaisquer outras necessárias a plena execução deste contrato.

4.1 - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, observado o que dispõe o § 1º do art.58 da Lei Federal nº 8.666/93.

**4.1.1-** Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração do serviço prestado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de superveniência de fatos excepcionais alheios à vontade das partes, ou se sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que fundamentalmente repercute nas condições de preço contratados, as cláusulas econômico-financeiras do contrato poderão ser objeto de revisão para que se mantenha o equilíbrio econômico-financeiro contratual, mediante e a pedido da CONTRATADA que deverá comprovar efetivamente o desequilíbrio ou a quebra ou violação da equação econômico-financeiro do contrato, e se processará nos termos do Art. 65, inciso II, alínea d, da Lei Federal nº 8.666/93.

**4.2.-** Em atenção à determinação de Lei Federal nº 9.069, de 29.06.95, os preços poderão ser reajustados, somente no caso de prorrogação de prazo contratual, após decorrido 12(doze) meses, condicionado a requerimento, por escrito, da CONTRATADA, desde que em conformidade com o Índice Oficial do Governo – IPCa/IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo, ficando ressalvada a possibilidade de alteração das condições para concessão de reajuste em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie,

**4.2.1.-** O reajuste do contrato somente será deferido, se for o caso, a contar da data de entrada do pedido, com vigência pelo período do prazo de prorrogação contratual.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO**

5 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da entrega e apresentação da nota fiscal/fatura, devendo apresentar juntamente o relatório dos serviços realizados no município de Jandira.

5.2 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

5.3 - O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco informado pelo licitante.

5.4 - Nos pagamentos em atraso serão acrescidos de juros de mora da caderneta de poupança, previstos nas Leis Federais números 9.494/97 e 11.960/99, *pro rata tempore*.

5.5 – OBRIGATORIAMENTE no corpo das notas fiscais deverá constar o nº. do contrato ou da Autorização de Fornecimento, bem como o número da licitação e do processo licitatório e ainda todas as especificações, por item, preço unitário, unidade, quantidade, valor total de cada item e marca (quando houver), sob o risco de ser devolvida.

#### **CLÁUSULA SEXTA: DO ATRASO DE PAGAMENTO**

6- Havendo atrasos no pagamento, superior à 30 dias, incidirá, sobre a quantia devida, juros de mora da caderneta de poupança, previstos nas Leis federais números 9.494/97 e 11.960/99, *pro rata tempore*.

**CLÁUSULA SETIMA: DA SUSPENSÃO DE PAGAMENTO**

7- A CONTRATANTE suspenderá o pagamento de qualquer quantia devida a CONTRATADA sempre que ocorrer circunstância que coloque em risco a realização dos objetivos do presente contrato e bem assim no caso de a CONTRATADA se recusar ou dificultar à CONTRATANTE ou seus prepostos, a livre fiscalização dos serviços, na forma prevista neste contrato, ou ainda no caso de paralisação, suspensão ou interrupção dos serviços.

**CLÁUSULA OITAVA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8- As despesas decorrentes deste contrato serão oneradas por conta das dotações de classificação funcional programática, do orçamento, de nºs:

ÓRGÃO DA DESPESA	ELEMENTO ECONÔMICO	FUNCIONAL E PROGRAMÁTICA	FONTE	SECRETARIA
08.12.00	3.3.90.39.00	10.302.1003	01 – proprio	Saúde

**CLÁUSULA NONA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO - CONTRATO E DOS SERVIÇOS**

9- À CONTRATANTE, representada pela **Secretaria da Saúde**, como Gestora do contrato, reserva-se o direito de acompanhar e fiscalizar os serviços ora contratados, contidos no Termo de Referência Anexo I, deste, bem como de gerenciar os resultados obtidos com sua prestação, quando e da forma que julgar conveniente, por meio de terceiros contratados ou de preposto-servidor, como Gestor da execução contratual, especialmente destacado e designado por Ato do titular da Secretaria Municipal gestora do contrato, cabendo à CONTRATADA designar de sua parte um Gestor contratual.

**9.1** - Ao Gestor do contrato da CONTRATANTE, responsável pelo acompanhamento dos serviços e gerenciamento dos resultados, bem como pela fiscalização e averiguação dos documentos pertinentes às questões trabalhistas e previdenciárias, competirá informar ao Gestor contratual da CONTRATADA sobre eventuais falhas e/ou correções e avaliar os resultados alcançados com a prestação dos serviços, podendo solicitar à CONTRATADA, a qualquer tempo, a documentação referente à vinculação jurídica existente entre ela e o(s) profissional(is) responsável(is) pela execução dos serviços ora ajustados.

**9.2** - No desempenho de suas atividades, é assegurado ao Gestor do contrato o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições. cujo representante indicado pelo Sr. (a) Secretário(a), anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, sendo certo que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

**9.3** - As solicitações, reclamações, exigências e observações relacionadas com a execução das atividades serão comunicadas por escrito pelo Gestor do contrato.

**9.4** - Qualquer entendimento entre o Gestor do Contrato e a CONTRATADA será feito sempre por escrito, não sendo levadas em consideração para nenhum efeito quaisquer alegações fundamentadas em ordem ou declarações verbais.

**9.5** - A ação ou omissão do Gestor da CONTRATANTE responsável pelo acompanhamento dos serviços contratados não exime, em hipótese alguma, a CONTRATADA, da integral responsabilidade pelos serviços objeto do presente contrato.

**9.6** -A CONTRATADA deverá estar rigorosamente em dia com suas obrigações tributárias e Fiscais, encargos trabalhistas, sociais e previdenciários,cuja fiscalização e constatação será feita pela Secretaria Municipal gestora do contrato, na forma, condições e critérios estabelecidos pelo órgão gestor do contrato, e sempre antes do ateste da nota fiscal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA : DO PESSOAL

**10** - O pessoal que a CONTRATADA contratar para a execução dos serviços ora avençados não terá relação de emprego com a CONTRATANTE e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos, sendo tudo da exclusiva responsabilidade da CONTRATADA. No caso de vir a CONTRATANTE a ser denunciada judicialmente, a CONTRATADA a ressarcirá de qualquer despesa que, em decorrência, vier a ser condenada a pagar, bem como de toda e qualquer despesa relacionada à promoção de sua defesa, incluindo custas, taxas, deslocamentos, bem como honorários advocatícios.

**10.1** -A CONTRATADA é a única responsável pelos encargos do pagamento dos salários devidos à mão de obra empregada na realização dos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e tudo mais que, como empregadora deva satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho, tributos e outras providências e obrigações necessárias à realização dos serviços ora contratados,e por tais encargos deverá responder. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos referidos, não transferirá à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

**10.2** -Na hipótese de a CONTRATANTE vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente, nas ações reclamationárias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da CONTRATADA durante a vigência contratual, ou mesmo em outras ações, e se o contrato estiver vigente, o valor de referida condenação poderá ser deduzido das medições e do valor das faturas vincendas. Despesas relacionadas à promoção de defesa da CONTRATANTE, ocorridas no curso do processo, também poderão ser cobradas pela CONTRATANTE da Contratada. Na eventualidade do contrato ter sido encerrado e, desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela CONTRATANTE, a título de condenação solidária ou subsidiária, a CONTRATANTE ajuizará ação de regresso contra a CONTRATADA, com a qual desde já a mesma expressa concordância, com as duas hipóteses previstas neste subitem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA : DA RESPONSABILIDADE CIVIL

**11**- A Prefeitura, ora CONTRATANTE, não responderá,por força do disposto no art.71 *caput* da lei federal nº 8.666/93 solidária ou subsidiariamente, por quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA em razão do presente contrato, seja para com os integrantes de seu pessoal em face da impessoalidade e da não subordinação, seja para com os Poderes Públicos ou para com terceiros em geral, sejam tais obrigações de que natureza forem, especialmente as decorrentes de relações empregatícias, trabalhistas, previdenciário,acidentário, tributário, fiscais ou comerciais, de forma que o descumprimento ou inadimplência de tais obrigações pela CONTRATADA importará em rescisão do presente contrato, mediante pré-aviso, notificação judicial ou extrajudicial, ficando ainda assegurado desde já à CONTRATANTE o direito de acionar em regresso a CONTRATADA caso venha a ser alvo de qualquer demanda decorrente deste contrato.

**11.1** - Caso por decisão judicial , não seja reconhecida o disposto no art.71 *caput* da Lei Federal nº 8.666/93, e a CONTRATANTE efetivamente detectar ou constatar a inadimplência da CONTRATADA em relação aos direitos trabalhistas ,previdenciários, fiscais, comerciais e tributários decorrentes deste contrato, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA estabelecendo-lhe prazo para que regularize a situação ou apresente defesa sob pena de rescisão contratual, e devendo ainda a CONTRATANTE comunicar ao Ministério Público do Trabalho a inadimplência da CONTRATADA, no caso dos direitos trabalhistas não pagos ou pagos incorretamente.

**11.2** - Se a inadimplência que descreve a subclausula 10.1, não for regularizada, fica facultado à CONTRATANTE proceder a retenção do pagamento relativamente aos valores efetivamente existentes pela inadimplência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA : DIREITOS E PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE

**12**- Com relação ao presente instrumento de contrato administrativo, ficarão asseguradas à CONTRATANTE todos os direitos e prerrogativas previstas no art. 58 da Lei Federal nº. 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA : DIREITOS E PRERROGATIVAS DA CONTRATADA

**13**- Com relação ao presente instrumento de contrato administrativo, fica assegurado a CONTRATADA, os direitos e prerrogativas:

**13.1**.-Indenização pelo que houver executado, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que tais prejuízos não lhe sejam imputáveis, no caso de ser declarada a nulidade do contrato administrativo;

**13.2** - Receber o pagamento do preço avençado no modo e tempo avençados;

**13.3** - Revisão contratual para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial, em caso de alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, na forma do disposto nos §§ 5º e 6º do art. 65 ou ainda em conformidade com o disposto no § 6º, inciso II do art.65,todos da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA : DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

**14**- Com relação ao presente instrumento de contrato administrativo constituem deveres, obrigações e responsabilidades da CONTRATANTE:

**14.1**.- O pagamento à CONTRATADA do preço, no modo e tempo ajustados;

**14.2**.- Comunicar à CONTRATADA quaisquer irregularidades na execução dos serviços, para adoção das providências cabíveis;

**14.3**.- Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar os serviços dentro das normas do Edital de licitação e do respectivo contrato;

**14.4.-** Disponibilizar, se for o caso e ser necessário, de local para execução dos serviços, sendo uma sala na sede ou outro órgão da CONTRATANTE;

**14.5.-** Designar, através do gestor do contrato, funcionário ou terceiro para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e do contrato;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA : DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**15-** Com relação ao presente instrumento de contrato administrativo , constituem deveres, obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

**15.1.-** o planejamento da execução dos serviços, nos seus aspectos administrativos e técnicos;

**15.2.-** sem prejuízo de sua responsabilidade, comunicar à fiscalização, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução ou no controle técnico dos serviços, bem como qualquer fato que possa colocar em risco a segurança e a qualidade dos serviços e sua execução dentro do prazo pactuado;

**15.3.-** atender a CONTRATANTE na determinação de paralisação dos serviços por motivo de relevante ordem técnica e de segurança ou, ainda, no caso de inobservância e/ou desobediência às suas determinações, cabendo a CONTRATADA quando as razões de paralisação lhe forem imputáveis, todos os ônus e encargos decorrentes;

**15.4.-** aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que fizer a CONTRATANTE no objeto da contratação até os limites legais estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/93;

**15.5.-** manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que deu origem ao presente instrumento, em especial as condições de habilitação e qualificação

**15.6.-** prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender pronta e irrestritamente.

**15.7 –** Dar cumprimento integral ao prazo contratual e dos respectivos Termos Aditivos de prorrogação de prazo, sob pena das cominações legais e contratuais.

**15.8.-** Impedir que pessoas estranhas ao contrato façam intervenção nos serviços, objeto deste contrato.

**15.9.-** Toda a responsabilidade de que em qualquer caso por lesão, danos ou prejuízos que, eventualmente, venham a sofrer a CONTRATANTE, na coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência de culpa ou dolo da CONTRATADA, na execução do contrato, sejam eles causados por si, seus prepostos, agentes ou funcionários, bem como por pessoas por esta autorizadas a permanecer no local dos serviços, correndo por sua exclusiva expensa, os ressarcimentos ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam motivar, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento exercidos pela CONTRATANTE;

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA : DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

16- O presente contrato poderá ser alterado, unilateralmente pela CONTRATANTE ou por Acordo entre as partes com as devidas justificativas, na forma e na ocorrência de qualquer dos casos previstos nas alíneas, incisos e parágrafos do artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA : DA INEXECUÇÃO CONTRATUAL

17- A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, quais sejam, as sanções administrativas, multas e penalidades, a teor do art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das demais expressamente previstas neste instrumento contratual.

17.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas previstas nos incisos e parágrafos dos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

18- Além da inexecução total ou parcial do contrato, constituem motivos para a rescisão contratual o disposto nos incisos I a XVIII do art.78 da Lei Federal nº 8.666/93.

18.1 – A Rescisão contratual poderá ser Administrativa, por ato unilateral e expreso pela CONTRATANTE, ou Amigável, por acordo entre as partes ou Judicial nos termos da legislação, a teor dos incisos I a III do art. 79, com observância aos parágrafos 1º, 2º e 5º, da Lei Federal nº 8.666/93.

18.2- A Rescisão Administrativa por ato unilateral e expreso da CONTRATANTE, sem prejuízo das sanções previstas na legislação de regência, implicará nas consequências que descrevem os incisos e parágrafos do art.80 da Lei Federal nº 8.666/93.

18.3- Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo da licitação que deu origem a este instrumento, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa, a teor do parágrafo único do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

18.4- A Rescisão Administrativa ou Amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, consoante dispõe o § 1º do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E MULTAS

19 - Nos termos do disposto no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá, assegurando-se o direito de defesa à CONTRATADA, aplicar as seguintes sanções:

19.1.1- Advertência;

19.1.2- Multas, na forma prevista neste contrato;

19.1.3- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura do Município de Jandira, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

**19.1.4-** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por ato exclusivo do Chefe do Executivo Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a CONTRATANTE, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

**19.2-** A aplicação da sanção prevista como multas, desta cláusula, não impede a aplicação concomitante ou não das demais sanções previstas neste contrato.

**19.3-** Sem prejuízo do disposto no art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, a CONTRATADA fica sujeito às seguintes penalidades de multa:

**19.3.1-** multa compensatória de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, pela recusa injustificada em assinar o Termo de Contrato no prazo para o qual for convocada, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida;

**19.3.2-** Pelo atraso na execução do contrato – multa moratória de cinco décimos por cento (0,5%) por dia de atraso ou paralisação injustificados, até o limite de 10% (dez por cento), poderá ser considerado infração contratual, com a conseqüente rescisão da contratação, independentemente de qualquer aviso ou notificação, sem prejuízo da multa prevista no subitem seguinte.

**19.3.3 -** multa contratual de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, pela inexecução total ou parcial do contrato ou infração a qualquer das cláusulas contratuais.

**19.4 -** As multas aplicadas, após regular processo administrativo, serão descontadas diretamente do montante das garantias quando efetuadas, dos pagamentos eventualmente devidos, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:**

**20-** Todos os formulários, memorando, impressos, planilhas, demonstrativos, projetos, propostas, contratos, papéis, processos, pareceres, leis, portarias, decretos, resoluções, atos, cópias e demais documentos, cópias de “CD’s” contendo informações concernentes à atividades do Poder Executivo Municipal, endereçados, entregues ou confiados a CONTRATADA, para o exercício normal dos serviços a serem prestados, ou por ele próprio preparado em razão de suas atribuições, na forma deste contrato, pertencem exclusivamente à CONTRATANTE e a ela deverão ser devolvidas sempre que lhe for solicitado a qualquer tempo, e especialmente quando findo por rescisão ou extinção o presente contrato, sob pena de responsabilidade Civil, Criminal e Administrativa.

**20.1 –** A CONTRATADA se compromete, em caráter irrevogável e irretratável, a manter segredo e sigilo absoluto e a não transmitir, direta ou indiretamente, a quem quer que seja, em qualquer época, mesmo após a extinção ou rescisão deste contrato, quaisquer informações ou conhecimentos administrativos, técnico, político, operacionais, financeiros, ou econômicos e tudo o mais de caráter confidencial, sigiloso ou não público pertinentes à Prefeitura do Município de Jandira, ressalvadas a utilização de tais informações e conhecimentos apenas para o desempenho normal dos serviços a serem prestados, durante a vigência deste contrato.

**20.2–** Para todos os efeitos de direito, as partes declaram aceitar o presente contrato administrativo nos expressos termos em que foi lavrado, obrigando-se a si, a bem fielmente cumpri-lo.

**20.3 –** Se qualquer parte do presente contrato administrativo, não importando o motivo, for declarada ou reconhecida como nula, não afetará as outras cláusulas ou condições, sendo que o contrato continuará em pleno vigor e efeito durante sua vigência.

**20.4 -** Nenhum serviço fora das especificações deste contrato poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa concordância da CONTRATANTE;

**20.5** - os casos e situações omissos serão resolvidos de comum acordo, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, e observados supletivamente os preceitos de direito público, de direito administrativo, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

**20.6** - Vigora o princípio da vinculação deste contrato às condições do Edital de Licitação nº e á proposta selecionada da Contratada vencedora do certame, a teor das disposições do inciso XI do art.55 da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: ELEIÇÃO DA COMPETÊNCIA DO FORO e DA SUCESSÃO**

**21-** As partes elegem, neste ato e desde já, a Comarca de Jandira, no Estado de São Paulo, como competente para qualquer demanda judicial e para dirimir toda e qualquer dúvida oriunda ou que verse sobre o presente instrumento, renunciando e excluindo expressamente qualquer outro, porventura reconhecido e assegurado, por mais permitido, especial ou privilegiado que se configure, inclusive no caso de mudança de sede, domicílio ou residência, sendo que tudo o que for devido, em razão deste contrato, poderá ser cobrado ou exigido em ação apropriada.

**21.1** – A eventual demora da parte inocente em providenciar judicialmente ou não, a defesa de seus interesses, jamais poderá ser entendida como assentimento de eventual infração contratual verificada.

**21.2** - As partes se obrigam por si, seus sucessores ou herdeiros a título singular ou universal, ao total e fiel cumprimento do que ora ficou ajustado e contratado, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, a teor do disposto no “in-fine” do art.66 da Lei Federal nº 8.666/93.

E por representar a livre manifestação de vontade das partes, e por se acharem em perfeito acordo, justo e contratado em tudo quanto neste Instrumento de Contrato Administrativo foi lavrado em 03 (três) vias de igual forma e teor, obrigando-se as partes a cumprir o presente contrato, assinando-o na presença de 02 (duas) testemunhas para que surta os devidos efeitos legais e jurídicos.

Jandira .....de .... de 2023

---

**Secretário**  
**CPF**  
**EMAIL INSTITUCIONAL**  
**E-MAIL PESSOAL**

---

**Empresa**  
**Sócio ou representante legal**  
**CONTRATADA**  
**CPF**  
**EMAIL INSTITUCIONAL**  
**E-MAIL PESSOAL**

**TESTEMUNHAS:**

---

Nome:  
CPF:  
E-MAIL INSTITUCIONAL  
E-MAIL PESSOAL

---

Nome:  
CPF:  
E-MAIL INSTITUCIONAL  
E-MAIL PESSOAL

ANEXO IV

MODELOS DE DECLARAÇÕES

ANEXO IV.1

MODELO A QUE SE REFERE AO ITEM 8.1.4.1 E 2.3 DO EDITAL  
(em papel timbrado da licitante)

Nome completo: \_\_\_\_\_

RG nº: \_\_\_\_\_ CPF nº: \_\_\_\_\_

**DECLARO**, sob as penas da Lei, que o licitante \_\_\_\_\_ (nome empresarial), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_/\_\_, Processo nº \_\_/\_\_:

- a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal;
- b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2.3 deste Edital.
- c) atende a todos os requisitos de habilitação;
- d) inexistente fato superveniente impeditivo da habilitação;

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV.2

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO  
MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

**MODELO REFERENTE AO ITEM 8.1.4.2 DO EDITAL**

(em papel timbrado da licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal do licitante \_\_\_\_\_ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_/\_\_\_, Processo nº \_\_\_/\_\_\_, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

**DECLARO**, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013, tais como:

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV – no tocante a licitações e contratos:
  - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
  - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
  - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
  - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
  - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
  - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV.3

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**  
(em papel timbrado da licitante)

**ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP, NOS TERMOS DO ITEM 8.1.4.3 DO EDITAL.**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal do licitante \_\_\_\_\_ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_/\_\_\_, Processo nº \_\_\_/\_\_\_, **DECLARO**, sob as penas da Lei, o seu enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV.4

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO COOPERATIVA QUE PREENCHA AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 34, DA LEI FEDERAL Nº 11.488/2007**

(em papel timbrado da licitante)

**ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM COOPERATIVAS, NOS TERMOS DO ITEM 8.1.4.4. DO EDITAL.**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal do licitante \_\_\_\_\_ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que:

- a) O Estatuto Social da cooperativa encontra-se adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;
- b) A cooperativa auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a ser comprovado mediante Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente;

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO  
(CONTRATOS) (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021) -

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDIRA  
CONTRATADO:  
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): ...../2023  
OBJETO:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: .....de ..... de 2023

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: HENRI HAJIME SATO  
Cargo: PREFEITO  
CPF: 033.323.988-14

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:  
Cargo:  
CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome:  
Cargo:  
CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome:  
Cargo:  
CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome:  
Cargo:  
CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome:  
Cargo:  
CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: pela licitação

Nome:  
Cargo:  
CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ANEXO VI**  
**ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA**

PREGÃO PRESENCIAL nº ...../2023

A Prefeitura do Município de Jandira, regularmente inscrita no CNPJ/MF nº 46.522.991/0001-73, na cidade de Jandira - SP, por sua equipe técnica da Secretaria da Saúde, atesta que a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXXX - XXXX, por seu representante devidamente credenciado, o Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador do RG nº XXXXXXXXXXXXXXX, realizou visita técnica ....., a fim de identificar requisitos distintos considerados essenciais à implantação da prestação de serviços objetivada no certame:

Jandira, .....

SECRETARIA  
(nome legível e assinatura)

PROPONENTE  
(nome do representante credenciado e assinatura)



ANEXO VII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO**

Eu Sr.(a) ....., inscrito no R.G sob o nº. .... e CPF sob nº. .... REPRESENTANTE LEGAL da empresa ..... inscrita no CNPJ/MF sob o nº. .... com sede à (Rua, Avenida....) ....., nº. ...., bairro ....., município ....., estado ..... declaro que tenho pleno conhecimento do local do serviço a ser executado, assumindo integral responsabilidade pela perfeita realização do serviço e pelo cumprimento de todas as obrigações objeto do PREGÃO ELETRÔNICO nº. .... /23.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA

\_\_\_\_\_  
NOME COMPLETO E LEGÍVEL DO RESPONSÁVEL LEGAL E CARGO

RG.:

CPF.:

\_\_\_\_\_  
NOME COMPLETO E LEGÍVEL

CARIMBO DA EMPRESA